



GT 35. Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Coordenador(es):

Vitor Pinheiro Grunvald (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Glauco Batista Ferreira (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em Grupos de Trabalhos nas Reuniões de Antropologia do Mercosul e em Simpósios de Pesquisas Pós-Graduandas nos Encontros Anuais da ANPOCS, este grupo de trabalho se foca nas relações entre arte e política, pensando-as a partir dos diferentes modos pelos quais as articulações entre estas esferas se engendram de modos distintos e se expressam nos cenários sociais contemporâneos. Pensar a arte em seus efeitos políticos e refletir sobre a política através de ações, de objetos, de imagens e performances artísticas tem sido uma constante em diferentes pesquisas realizadas no campo das ciências sociais e especialmente no campo antropológico nos últimos anos. Propomos acolher investigações que refletem sobre agências através de imagens, materialidades, objetos, trabalhos realizados a partir de performances e de expressões e práticas corporalizadas, de práticas de organização coletiva e de ações e mobilizações sociais que apontam o rico potencial transformativo dessas formas sociais que são ao mesmo tempo artísticas e políticas. Dessa maneira, incentivamos a submissão tanto de trabalhos que problematizam as relações entre arte e política em suas intersecções com marcadores sociais da diferença quanto pesquisas que exploram como as maneiras pelas quais a prática etnográfica se dá nos interstícios de práticas artísticas.

Informalidade e formalidade no improviso: as associações, os festivais competitivos e a profissionalização dos repentistas

Autoria: João Miguel Manzolillo Sautchuk (UNB - Universidade de Brasília)

Tendo como horizonte as relações entre Estado e culturas populares, procuro realçar facetas menos evidentes da ideia de política cultural, sobretudo os modos de associação popular e suas relações com processos de formalização e oficialização de práticas estéticas. A atuação estatal é elemento importante desses processos, mas não centro deles. O caso em pauta é a poesia improvisada no Nordeste do Brasil (o repente ou cantoria). A partir da segunda metade do século XX, a formação das associações de cantadores repentistas como um modo de ação política e de organização artística, laboral e de apoio mútuo esteve relacionada ao surgimento de uma consciência (e uma autoimagem) profissional entre os repentistas e à popularização de seus festivais, uma modalidade de apresentação competitiva mais normatizada, com contagem de tempo, julgamento oficial do desempenho dos poetas e maior diferenciação entre cantadores e ouvintes durante a apresentação. Reflito sobre a consolidação e as contradições desse esforço de formalização e oficialização como estratégia para legitimar e valorizar uma prática artística que historicamente tem como princípio a informalidade da performance e de seus processos de reprodução. Atento à natureza complexa, dinâmica e ambígua das culturas populares, invisto em diálogos com a antropologia da política e a antropologia linguística para colocar em perspectiva categorias como ?política?, ?formalidade? e ?informalidade?. Assim, procuro compreender as estratégias desenvolvidas pelos repentistas para a legitimação de sua arte frente aos agentes estatais e a novos circuitos e mercados culturais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: